ISSN: 2358-8829

COMO A MÍDIA CONTA O FEMINICÍDIO: UMA ANÁLISE LINGUÍSTICO-LITERÁRIA DAS NARRATIVAS E DOS SILENCIAMENTOS EM MANCHETES JORNALÍSTICAS

Cleide Calheiros da Silva [1]
Joana D'arc Ferreira de Macedo [2]

INTRODUÇÃO

A misoginia e a violência de gênero, cada vez mais visíveis nas mídias e nas estatísticas nacionais, exigem uma compreensão aprofundada de suas origens e de seus desdobramentos sociais. Nas últimas décadas, o Brasil tem assistido a retrocessos preocupantes nas garantias dos direitos das mulheres e das minorias. Desde 2016, políticas públicas e documentos oficiais passaram a excluir termos como gênero e sexualidade, como se observa na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Propostas como o Projeto de Lei "Escola sem Partido" buscaram impor uma suposta neutralidade ideológica, silenciando discussões sobre diversidade e contribuindo para o recrudescimento da violência contra mulheres e pessoas LGBTQIAPN+, especialmente entre 2019 e 2023.

As raízes da misoginia, contudo, são antigas e remontam às narrativas míticas e religiosas do Ocidente. Na Grécia Antiga, o mito de Pandora atribuía à mulher a origem dos males e do sofrimento humano, fixando-a como símbolo de tentação e desordem, lógica que se desdobrou na tradição judaico-cristã com a narrativa de Eva. Na tradição cristã, essas narrativas foram reforçadas por discursos religiosos e filosóficos que associaram a figura feminina à fraqueza moral e à inferioridade intelectual (Beauvoir, 1970; Jesus, 2010). Ao longo dos séculos, a exclusão das mulheres da vida pública consolidou uma cultura de subordinação sustentada por instituições que legitimaram a dominação masculina como algo natural.

[1]Professora Doutora (PPGLL/Ufal)/Docente do Instituto Federal de Alagoas (Ifal), cleide.calheiros@ifal.edu.br;
[2]Professora Mestra (CEDU/Ufal)/Doutoranda UTIC/Paraguai/Docente do Instituto Federal de Alagoas (Ifal), joana.macedo@ifal.edu.br.

ISSN: 2358-8829

Durante a Idade Média, essa estrutura se intensificou com a perseguição às mulheres acusadas de bruxaria. Como aponta Federici (2017), a caça às bruxas não foi um evento isolado, mas parte da reorganização social vinculada ao surgimento do capitalismo, em que o controle do corpo feminino e a expropriação de seus saberes se tornaram instrumentos para consolidar o trabalho assalariado e a lógica patriarcal. Como os registros históricos da época foram produzidos quase exclusivamente por homens, construiu-se uma narrativa que invisibilizou as mulheres ou as apresentou como ameaça (Silva, 2001), reforçando a ideia de que a violência contra elas seria um traço "natural" da vida social.

Compreender esse percurso desenvolve a consciência histórica — ferramenta que nos permite entender as transformações do tempo e identificar como ideias do passado continuam moldando o presente (Barca et al., 2010). Aplicada à violência de gênero, essa perspectiva evidencia que a misoginia não é um fenômeno isolado, mas parte de um *continuum* histórico que atravessa culturas e instituições.

A compreensão desse sistema exige uma abordagem articulada. Desde *O segundo sexo*, Beauvoir (2019) revelou que a desigualdade de gênero é uma construção cultural e política, e não biológica — síntese da célebre máxima *"não se nasce mulher, torna-se mulher"*. Federici (2020) aprofunda essa reflexão ao demonstrar o vínculo entre patriarcado e capitalismo no disciplinamento do corpo feminino como força reprodutiva. Na mesma linha, hooks (2020) propõe um feminismo interseccional que integra sexismo, racismo e exploração de classe, defendendo uma pedagogia do cuidado e da transformação coletiva.

No campo discursivo, Butler (2021) concebe o gênero como uma performance reiterada, mostrando que a violência ocorre quando certas existências são consideradas ilegítimas e desprovidas de reconhecimento. Manne (2021) complementa essa visão ao definir a misoginia como um sistema moral disciplinador que pune mulheres que desafiam as normas patriarcais.

Essa dinâmica dialoga com o concepção de violência simbólica de Bourdieu (1999), em que a dominação masculina se perpetua de forma sutil por ser incorporada como hábito nas práticas cotidianas e educacionais. Segato (2018), por sua vez, introduz as *pedagogias da crueldade* para explicar como a violência contra a mulher é ensinada e espetacularizada na sociedade. Foucault (1979) e Hall (2004), por fim, lembram que o

poder é capilar e que as identidades são construções fluidas, o que torna a escola não apenas um lugar de reprodução do poder, mas também de resistência.

A urgência dessa discussão no Brasil é ratificada por dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2024) e do Atlas da Violência (2025), que registraram 1.463 feminicídios em 2023, vitimando em sua maioria mulheres negras. Esses números mostram que a misoginia permanece como um fenômeno sistêmico e racializado.

A manutenção dessa violência, no entanto, envolve também a forma como esses crimes são narrados pela mídia. As manchetes jornalísticas funcionam como micronarrativas que orientam a leitura do público. Nelas, observamos frequentemente o apagamento do agressor, a centralidade da vítima como objeto da ação, o uso de eufemismos e a falta de contextualização social.

Dessa forma, este trabalho se justifica pela urgência de analisar criticamente tais construções discursivas e propor ações educativas pautadas no letramento crítico (Rojo, 2012). Cabe ressaltar que este estudo é oriundo de projeto de pesquisa vinculado à linha do Núcleo de Diversidade, Gênero e Sexualidade (NUGEDIS), aprovado e fomentado no âmbito do Edital nº 02/2026-DG/DEPPI/CMAC/IFAL - Ações Afirmativas do Instituto Federal de Alagoas / Campus Maceió.

METODOLOGIA, MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter interpretativo e natureza aplicada (Chizzotti, 2008), articulando a Análise Crítica do Discurso (Van Dijk, 2008; Orlandi, 2007) e a Análise Narrativa para examinar como as manchetes jornalísticas funcionam como micronarrativas condensadas que organizam acontecimentos, reproduzem estruturas de poder e orientam a percepção social (Bardin, 2011; Chizzotti, 2008).

A investigação se desenvolve em cinco etapas encadeadas: I) revisão teórica sobre gênero, discurso, narrativa e violência simbólica; II) constituição do *corpus* composto por manchetes de portais digitais de notícias (G1, CNN Brasil, BBC News Brasil e Amazônia Real), delimitadas em um recorte temporal de aproximadamente quatro meses; III) análise linguístico-discursiva voltada às seleções lexicais, estruturas sintáticas da voz passiva e ao apagamento sintático e semântico do agressor (Van Dijk, 2008); IV) análise narrativa e ideológica focalizada na construção dos personagens (vítima e agressor), nos

ISSN: 2358-8829

enquadramentos passionais e na manipulação de quadros mentais pelo discurso midiático (Van Dijk, 2008); e V) identificação de silenciamentos e da recusa institucional em nomear a motivação de gênero no crime de feminicídio (Orlandi, 2007).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das manchetes de portais de notícias como G1, CNN Brasil, BBC News Brasil e Amazônia Real revela que as escolhas linguísticas da imprensa não são isentas nem fruto do acaso. Segundo Van Dijk (2008), o discurso midiático opera como uma engrenagem de poder e controle social, moldando sutilmente a forma como a sociedade interpreta a violência de gênero. Para compreender esse movimento, os dados do *corpus* foram organizados em três categorias analíticas:

Quadro 1: Categorização das estratégias discursivas nas manchetes analisadas

Categoria Analítica	Estratégia Discursiva/Linguística	Exemplo do Corpus Analisado	Efeito de Sentido / Impacto Discursivo
1. Apagamento do Agressor e Voz Passiva	Uso da voz passiva sem o agente explícito; foco sintático exclusivo na vítima.	*"Jovem morta em academia no PR entregava panfletos e era recém-contratada"* (CNN Brasil); *"Estudante de 22 anos é encontrada morta..."* (G1).	Oculta a responsabilidade do homem e transforma o crime em um fato fatalista, sem autor.
2. Eufemização e Enquadre Passional	Deslocamento da motivação do crime para justificativas emocionais ("crise de ciúmes").	*"Stephanye Thauany foi atingida por cerca de 15 facadas após crise de ciúmes, afirma delegada"* (G1).	Suaviza a dimensão estrutural do feminicídio ao enquadrá-lo como mero descontrole individual.
3. Desclassificação do Feminicídio	Reenquadramento da violência de gênero em crime contra o patrimônio (latrocínio).	*"Justiça 'apaga' feminicídio de Julieta e o reduz a crime de latrocínio"* (Amazônia Real).	Invisibiliza a misoginia e o desprezo pelo corpo feminino, tratando a morte

			como perda patrimonial.

Na primeira categoria, a construção sintática dos títulos nos chama a atenção. Ao optarem por estruturas na voz passiva como *"Jovem morta em academia..."* ou *"Estudante de 22 anos é encontrada morta..."*, os veículos de imprensa colocam os holofotes sobre a rotina, o trabalho e a vida da vítima, enquanto o autor do crime é gramaticalmente varrido do texto.

Na perspectiva da Análise do Discurso de Orlandi (2007), essa omissão não é um vazio neutro, mas um mecanismo de silenciamento: o não dito produz um sentido intencional de apaziguamento da violência. Van Dijk (2008) complementa ao mostrar que o apagamento do agente é uma estratégia discursiva clássica para desviar a atenção do grupo dominante (os homens agressores). Essa escolha dialoga diretamente com a *violência simbólica* de Bourdieu (1999) e a teoria de Butler (2021) sobre o controle do dizível: ao expor o corpo da mulher e esconder quem executou a violência, a mídia naturaliza o crime e retira dele qualquer densidade política.

Na segunda categoria, sobressai o uso recorrente de eufemismos que situam o assassinato na esfera dos afetos descontrolados, como em *"Stephanye Thauany foi atingida por cerca de 15 facadas após crise de ciúmes..."*. A expressão "crise de ciúmes" resgata a antiga e perigosa retórica do crime passional e da "legítima defesa da honra".

Sob a ótica da Análise Crítica do Discurso (Van Dijk, 2008), o uso desse enquadramento funciona como uma manipulação de modelos mentais: a mídia induz a(o) leitora(or) a enxergar o feminicídio não como fruto de uma opressão patriarcal sistemática, mas como uma tragédia romântica impulsionada pelo descontrole. Essa estratégia valida o que Manne (2021) identifica como o sistema moral da misoginia — que busca desculpabilizar veladamente o homem — e mascara, como aponta hooks (2020), o modo como o sexismo opera como um sentimento de posse sobre a vida das mulheres.

Na terceira categoria, finalmente, nós nos deparamos com o silenciamento em seu grau mais institucional: a recusa em nomear o crime pelo seu verdadeiro nome. O brutal assassinato da artista circense Julieta Hernández revela como o enquadramento jurídico e midiático operou para "apagar" o feminicídio, reclassificando-o como latrocínio (roubo seguido de morte).

O conceito de *silêncio fundador* em Orlandi (2007) e as reflexões sobre discurso e poder em Van Dijk (2008) se tornam centrais nesse cenário: ao apagar as evidências de estupro, misoginia e crueldade para priorizar a tese do roubo, o discurso oficial e jornalístico interdita o sentido político da violência de gênero. Esse movimento materializa o que Segato (2018) chama de *pedagogias da crueldade*, reduzindo o corpo feminino a um objeto descartável. Como denunciam Beauvoir (2019) e Federici (2020), ao tratar a morte de uma mulher como um mero delito patrimonial, o discurso hegemônico cumpre a função ideológica de manter invisível a própria estrutura patriarcal que mata.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise expõe que as manchetes jornalísticas funcionam como engrenagens simbólicas que reatualizam a misoginia e silenciam a dimensão estrutural do feminicídio. O apagamento gramatical dos agressores, os eufemismos passionais e a desclassificação jurídica do crime despolitizam a violência contra as mulheres, confirmando as teses de Beauvoir (2019), Butler (2021), Bourdieu (1999), Manne (2021) e Segato (2018).

É urgente compreender a dimensão desses sentidos por meio da prática educativa. A continuidade deste projeto — com a realização de oficinas e a elaboração de um guia educativo digital no Ifal — busca se fundamentar nos princípios do letramento crítico (Rojo, 2012) para instrumentalizar estudantes da escola pública no exame reflexivo dos textos midiáticos, promovendo a consciência crítica e consolidando a escola como espaço ativo de resistência e equidade de gênero.

Palavras-chave: Feminicídio; Mídia; Análise do Discurso; Misoginia; Letramento Crítico.

NOTA DE AGRADECIMENTO

Trabalho oriundo do projeto de pesquisa financiado com bolsa de iniciação científica por meio do Edital nº 02/2026-DG/DEPPI/CMAC/IFAL (Seleção de Projetos de Pesquisa voltados às Ações Afirmativas) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas (Ifal) – Campus Maceió, vinculado ao Núcleo de Diversidade, Gênero e Sexualidade (NUGEDIS).

ISSN: 2358-8829

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Tradução de Sérgio Milliet. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. Tradução de Fernanda Siqueira Miguens. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. **A força da não violência: um vínculo ético-político**. Tradução de Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

BUTLER, Judith. **Força da não violência**. [S. l.]: TV Boitempo, 2020. 1 vídeo. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=6DceyjMKel4. Acesso em: 7 maio 2024.

CARVALHO, Felipe Mio de; MOTERANI, Geisa Maria Batista. Misoginia: a violência contra a mulher numa visão histórica e psicanalítica. **Avesso do Avesso**, v. 14, n. 14, p. 167-178, nov. 2016.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Tradução de Ana Luiza Libânio. 1. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

HOOKS, bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. Tradução de Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 2020.

JESUS, Damásio de. **Violência contra a mulher: aspectos criminais da Lei n. 11.340/2006**. São Paulo: Saraiva, 2010.

MANNE, Kate. **Entitutulado: como o privilégio masculino danifica as mulheres**. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Todavia, 2021.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6. ed. Campinas: Unicamp, 2007.

ROJO, Roxane. **Multiletramentos na escola**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende. **Jörn Rüsen e o ensino de história**. Curitiba: ED. UFPR, 2010.

SEGATO, Rita Laura. **Contra-pedagogias da crueldade**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2018.

SILVA, Manuela Santos. As mulheres cristãs nas cidades da Idade Média. In: SANTOS, Maria Clara Curado (org.). **A mulher na história: actas dos colóquios sobre a temática da mulher**. Lisboa: Câmara Municipal da Moita, 2001. p. 1-15.

VAN DIJK, Teun Adrianus. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2008.